

Ensino em Angola é Retrato de Miséria

Uma semana após o início do ano escolar, dois milhões de crianças angolanas ainda não se encontram inscritas no ensino primário e pré-secundário por falta de infraestruturas e condições de acolhimento. "Os edifícios construídos ou restaurados nos últimos anos são insuficientes para responder às necessidades", declarou a vice-ministra da Educação Francisca Santos num programa televisivo. A maior parte dos estabelecimentos de ensino público não têm manuais escolares em número suficiente para alunos e professores, situação que o ministro da educação atribui ao "atraso" na sua impressão. As cadeiras, os armários e as mesas também faltam nas escolas estatais, que frequentemente não estão equipadas com casas de banho ou água corrente. "Muitas vezes tenho que me conter durante seis horas. É demais", diz Pedro Lourenço, professor de uma escola primária de Luanda.

Face ao enorme afluxo de alunos, o ministro autorizou as escolas a acolher quase uma centena de alunos em salas previstas para um máximo de trinta e cinco. A jornada escolar está dividida em quatro períodos de forma a que todos possam ter aulas. "Se aplicássemos o sistema tradicional de seis horas, teríamos muitos alunos sem qualquer possibilidade de frequentar a escola", diz, por seu lado, Francisca Santos. Nas salas sobrelotadas, os alunos "desenvencilham-se como podem", explica Eduardo Alexandre, director de uma escola primária da ilha de Luanda, um bairro de lata onde os alunos assistem às aulas sentados em bidons e latas de leite. Outros alunos trazem bancos de casa.

Cerca de 1.350.000 crianças estão inscritas no ensino primário, mas só na província de Luanda o número de alunos no ensino primário e pré-secundário aumentou de 250 mil em 1992 para 600 mil este ano. Este crescimento, segundo o ministério, deve-se ao êxodo de populações deslocadas pela guerra. Francisca Santos cita como exemplo da degradação da rede escolar uma escola com seis mil alunos, em Luanda, que não dispõe nem de orçamento nem de água corrente. O ano passado, o estado atribuiu 2,16% do orçamento para a educação e 6,42% para a defesa e segurança interna.

Alguns empresários lançaram-se no ensino privado, mas a qualidade desses estabelecimentos, que acolhem pelo menos cem mil crianças, no primário e pré-secundário, são contestadas pelos especialistas, já que contratam professores do ensino público e a maioria não dispõe de programas concretos nem métodos pedagógicos adequados. Em Luanda, o ministério recenseou uma centena de escolas privadas onde a qualidade pedagógica é reconhecida como aceitável. Uma outra centena não respeita os programas.

**Todos os direitos de reprodução e de representação reservados.
© 1999 Agence France-Presse**

sobre @ da Agence France-Presse